



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

MINERAÇÃO E TERRITÓRIO QUILOMBOLA NA REGIÃO DO TROMBETAS¹

Luciana Gonçalves de Carvalho¹; Alexandre Nazareth da Rocha²

¹Universidade Federal do Oeste do Pará, luciana.carvalho@ufopa.edu.br

² Unama, alexandrenazareth.r@gmail.com

GT11 - Grandes Projetos: violação de direitos socioambientais, resistências e estratégias de dominação no sul global

RESUMO

Neste trabalho, revisito um Estudo de Componente Quilombola (ECQ) realizado em 2016 e 2017 no âmbito de um processo de licenciamento ambiental de novas minas a serem exploradas pela MRN na área delimitada como Zona Central Oeste (ZCO). O objetivo é identificar os impactos socioambientais da mineração a partir do ponto de vista da comunidade quilombola Boa Vista.

Palavras-chave: direitos quilombolas, mineração, unidades de conservação.

Destaques (highlights)

- As políticas de ordenamento territorial e conservação ambiental se associaram à implantação da mineração na região do Trombetas.
- Entre as dezenas de comunidades quilombolas afetadas pela mineração na região, Boa Vista é a que registra maiores perturbações, em diferentes dimensões da vida coletiva.
- Os impactos da mineração estendem-se no tempo e no espaço, tornando inviáveis sua delimitação e vinculação a causas específicas, no ponto de vista dos quilombolas.
- Os processos de licenciamento ambiental expressam contradições acentuadas, de difícil expressão nos termos da racionalidade ambiental que orientam o Estudo do Componente Quilombola.

¹ Agradeço pelo apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INTRODUÇÃO

Localizada no noroeste do estado do Pará, no município de Oriximiná, a Bacia do Trombetas foi um destino privilegiado das fugas empreendidas por africanos escravizados nas fazendas de Santarém, Óbidos, Alenquer, Belém e Macapá. Desses núcleos regionais de povoamento irromperam as iniciativas dos resistentes ao cativeiro, que, em dispersão pelo Rio Amazonas e seus afluentes, no século XIX, fundaram os mocambos do Trombetas, do Erepecuru e do Cuminá (Salles, 2005, p.100).

Os mocambos foram formados em meio às florestas, dispersos pelos rios, cachoeiras e lagos da região, em áreas de difícil acesso, onde se protegiam das incursões de busca e recaptura empreendidas pelos senhores de escravos e autoridades locais (Farias Junior, 2008). Neles instituiu-se o sistema comunal de uso da terra e dos recursos naturais, balizador da experiência coletiva e fortalecedor da unidade política e da identidade étnica dessas comunidades. Neles desenvolveram-se, também, os sistemas simbólicos que permitiram positivar as memórias da fuga da escravidão e contribuíram para a reprodução social das famílias de mocambeiros. Constituindo, portanto, um mundo alternativo à opressão escravocrata, os antigos mocambos deram origem a cerca de 40 comunidades quilombolas atualmente reconhecidas², que ocupam, aproximadamente, 665.000 hectares do território oriximinaense.

A organização de tais comunidades, remontando às décadas de 1970 e 1980, contou com destacada contribuição da Igreja Católica (Wanderley, 2008; Carvalho, 2015). Com efeito, padres e leigos ligados à igreja estimulavam a formação de grupos comunitários nos povoados negros, os chamados “grupos de base”, e prestavam-lhes acompanhamento sistemático e assessoria.

A organização dessas comunidades ocorreu em um contexto de mudanças significativas, especialmente relacionadas à implantação de grandes empresas, entre elas a Mineração Rio do

² O reconhecimento envolve duas dimensões: o autorreconhecimento como comunidade quilombola ou remanescente de quilombo, que se expressa na autoatribuição dessa identidade étnica pelos próprios sujeitos que as compõem, e o reconhecimento manifestado pelo Estado com base em procedimentos administrativos baseados em institutos legais, que culminam na emissão, pela Fundação Cultural Palmares, de certidões de autorreconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos. Quanto às expressões “quilombola” e “remanescente de quilombo”, notam-se distinções em seus usos, sendo a primeira mais corrente entre os próprios sujeitos autodeclarados como tais e a segunda mais empregada em contextos formais.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Norte (MRN), e de duas Unidades de Conservação (UCs) na região do rio Trombetas: a Reserva Biológica (Rebio) do Rio Trombetas e a Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, sendo a primeira de proteção integral e a segunda de uso sustentável. A fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo), em 1989, também “surge como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas, registradas a partir da década de 1970, quando se intensificou a ocupação da região” (Arqmo apud Wandereley, 2008, p.84-85).

A concomitância dos eventos de criação das UCs e de instalação de projetos desenvolvimentistas sustentados por capital multinacional impactou fortemente os territórios historicamente ocupados e explorados pelos quilombolas com tecnologias tradicionais e de baixo impacto. Além de promoverem restrições de acesso e uso desses territórios, os referidos eventos provocaram a expulsão de famílias que viviam na região. À mineração, especificamente, são atribuídas as mais significativas mudanças vivenciadas na região desde a criação do núcleo urbano de Porto Trombetas em 1976 e o início da lavra de bauxita em 1979. Neste trabalho, revisito um Estudo de Componente Quilombola (ECQ) realizado em 2016 e 2017 no âmbito de um processo de licenciamento ambiental de novas minas a serem exploradas pela MRN na área delimitada como Zona Central Oeste (ZCO) (Cumbuca Norte, 2017). O objetivo é identificar os impactos socioambientais da mineração a partir do ponto de vista da comunidade quilombola Boa Vista.

METODOLOGIA

Local do estudo

O território quilombola (TQ) Boa Vista é composto por uma única comunidade de mesmo nome, onde vivem mais de 150 famílias. O território é vizinho a Porto Trombetas e limita-se, ao norte, com o rio Trombetas e as enseadas do Caripé, Bom Princípio e Patauá; a leste, com o igarapé Água Fria; ao sul, com o igarapé Água Fria e com a Floresta Nacional Saracá-Taquera; e, a oeste, com o igarapé Patauá.

O acesso ao TQ se faz por via fluvial e, dependendo da embarcação e da comunidade de destino, leva-se de alguns minutos a quase uma hora a partir de Porto Trombetas, ou cerca de quatro horas a partir de Oriximiná. Não há rotas regulares de barcos de linha para a área, mas grande

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

parte dos moradores possui embarcação (canoa, bajara, rabeta, barco) para deslocamento próprio dentro dos limites do território e entre este e as imediações.

O TQ é representado pela Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Boa Vista (ACRQBV) e pela Arqmo. Com dimensão de 1.125,0341 ha, foi a primeira comunidade quilombola a receber a titulação pelo Incra, em 1995.

O território compõe-se de áreas intensamente antropizadas, ocupando toda a área demarcada. As casas estão situadas no alto de um barranco e são tanto mais numerosas quanto mais próximas do porto da MRN na cidade de Porto Trombetas. A comunidade possui ainda duas igrejas, católica e evangélica, e um barracão destinado à produção, exposição e venda de cerâmica.

O principal recurso hídrico do território é o rio Trombetas, que se destaca na paisagem local. A vegetação originária – floresta ombrófila densa – deu lugar a áreas de capoeira e roçado ou de solo exposto. A qualidade da infraestrutura no TQ Boa Vista é precária, mas, em comparação com os demais territórios da calha do Trombetas, essa comunidade é privilegiada no que diz respeito ao acesso a bens e serviços, devido à proximidade de Porto Trombetas.

A energia é gerada por motor gerador e distribuída para toda a comunidade. A água para consumo humano é fornecida por torneiras. Para consumo com outros fins, usa-se água do próprio rio. Boa Vista é, em boa parte, atendida por rede de telefonia celular graças à proximidade do empreendimento.

Desde 1991 o ensino foi municipalizado na localidade e atualmente a Escola Estadual de Ensino Fundamental Boa Vista oferece até a 4ª série do nível fundamental. A partir da 5ª série os estudantes seguem para a Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na comunidade quilombola do Moura, ou podem frequentar a Escola Professor Jonathas Ponte Mathias, em Porto Trombetas.

O artesanato de barro vem se firmando como uma referência cultural importante na localidade, e muitas moradoras dedicam-se à confecção de peças inspiradas em artefatos arqueológicos da cerâmica Konduri. Os objetos que produzem são decorativos e utilitários, destinados principalmente para o comércio fora da região. Esse trabalho foi facilitado recentemente, com apoio da MRN, pela construção de um barracão, o Espaço Cultural Konduri, inaugurado em 2013. Entretanto, os produtores queixam-se de dificuldades de escoamento da produção e

4

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

avaliam que os circuitos de comercialização das peças são muito restritos, de modo que a atividade não desenvolve todo o seu potencial de geração de renda para as famílias quilombolas, havendo, ainda, sensível dependência de apoio externo, principalmente da MRN.

Cerca de 75% dos trabalhadores ativos da comunidade realizam trabalhos informais ou estão empregados em baixos postos da MRN e de empresas que lhe prestam serviços, na cidade de Porto Trombetas. A comunidade conta com a Cooperboa para facilitar a inserção dos moradores em vagas de trabalho. Ainda assim, uns poucos moradores de Boa Vista ainda praticam algumas atividades agroextrativas que são tradicionais na maioria das comunidades quilombolas do município de Oriximiná, embora em menor escala que nas demais localidades pesquisadas. Da mesma forma, a comunidade substituiu a caça e a pesca pela criação de pequenos animais como galinhas, patos e porcos para subsistência. A pesca é uma atividade importante, embora venha sofrendo decréscimos assim como a caça. O sistema de pesca é artesanal e voltado para o consumo familiar.

Estratégias de pesquisa

A primeira etapa de trabalho consistiu no levantamento bibliográfico e documental, e na sistematização de dados secundários. A segunda etapa foi dedicada à realização de pesquisa de campo envolvendo entrevistas, conversas informais, observações *in loco*, registros fotográficos e sonoros, além de métodos participativos compreendendo reuniões, oficinas de etnozoneamento e grupos focais, sempre envolvendo a participação de representantes locais.

Nas reuniões, o principal objetivo do trabalho foi o levantamento de informações e a discussão das percepções que as comunidades detêm sobre o processo de licenciamento ambiental. Nas oficinas para construção participativa do mapa de etnozoneamento foram indicadas as áreas de moradia e de atividades produtivas, bem como os caminhos e percursos adotados para a realização das tarefas diárias e pontos de importância simbólica, como as moradas de *encantados*. Dois mapas foram produzidos, um que expressa percepções dos quilombolas sobre o empreendimento minerário, considerando a presença da mineração na região desde os anos 1970, e outro prospectando impactos positivos e negativos de sua expansão para a ZCO.

RESULTADO E DISCUSSÃO

5

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE

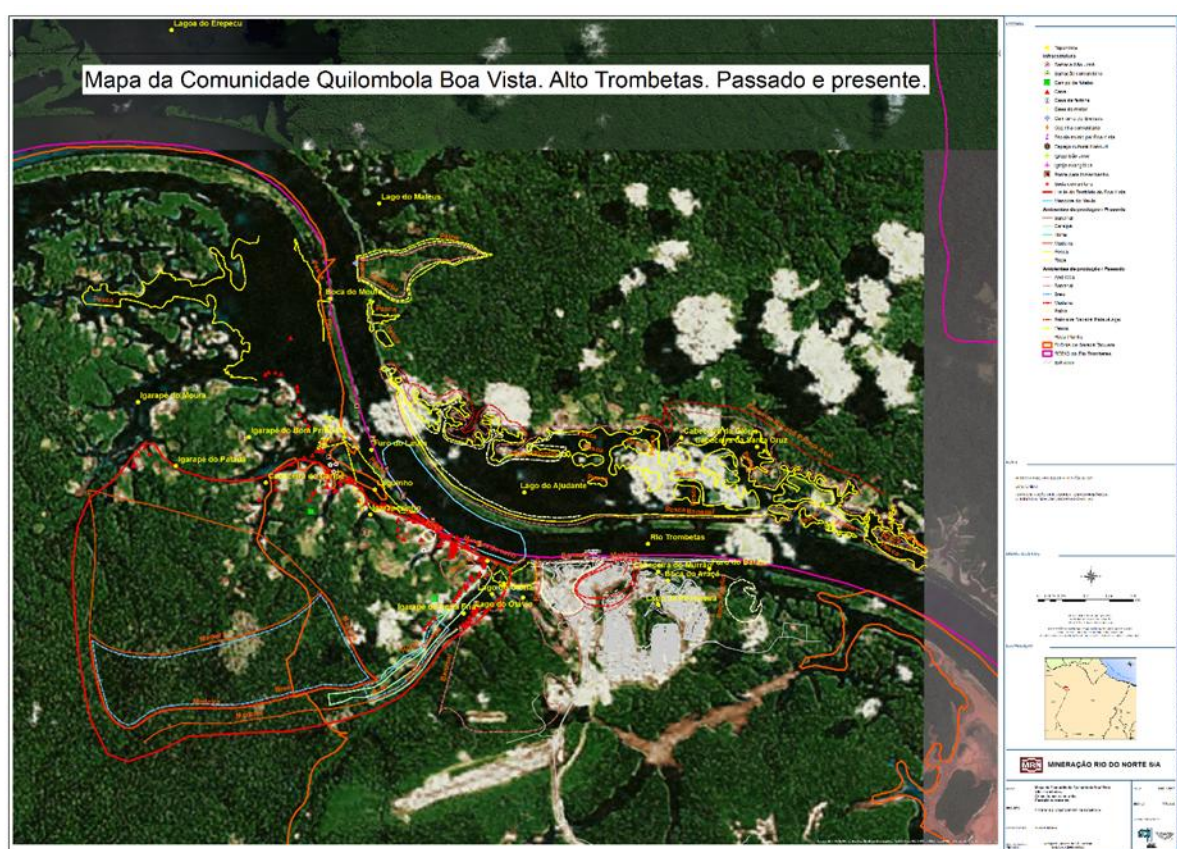


Financiamento:



Os moradores relatam uma série de consequências oriundas da instalação das atividades da MRN na vizinhança de Boa Vista ao longo de 40 anos, as quais produziram mudanças socioespaciais profundas.

Figura 1 – mapa da comunidade antes e depois da mineração



Uma extensa lista de impactos foi apontada, na qual predominam os negativos, como se vê no quadro a seguir.

Figura 2 – Quadro de impactos no território quilombola

Impacto	Categoria	Magnitude
Abertura e aumento da circulação de veículos e máquinas nos ramais	Negativo	Forte
Aceleração da urbanização	Positivo/ Negativo	Médio/Forte
Afugentamento da fauna	Negativo	Muito forte
Agravamento de problemas sociais	Negativo	Médio
Alteração da qualidade da água	Negativo	Muito forte
Alteração de Habitats Naturais	Negativo	Muito forte
Alteração de paisagem	Negativo	Muito forte
Apoio à cultura local	Positivo	Fraco
Apoio à governança comunitária	Positivo	Médio
Assistência à saúde comunitária	Positivo	Fraco



Assoreamento em Corpos Hídricos	Negativo	Muito forte
Atração de Empreendimentos Informais	Positivo/Negativo	Forte / Forte
Atração de população migrante	Negativo	Muito forte
Aumento da Pressão de Caça e Captura de Animais	Negativo	Muito forte
Aumento da Pressão sobre Recursos Pesqueiros	Negativo	Muito forte
Aumento do custo de vida	Negativo	Muito forte
Aumento do Risco de Acidentes Causados por Animais Peçonhentos	Negativo	Muito forte
Aumento do Risco de Acidentes Causados por Felinos	Negativo	Fraco
Aumento dos Incidentes Fluviais	Negativo	Muito forte
Aumento no índice de doenças	Negativo	Muito forte
Baixa remuneração	Negativo	Muito forte
Desmatamento	Negativo	Muito forte
Dissidências entre a população local	Negativo	Forte
Divergências entre a comunidade e o empreendedor	Negativo	Muito forte
Escassez de recursos naturais	Negativo	Muito forte
Fixação de população local	Positivo	Muito fraco
Frustração de expectativas de emprego	Negativo	Forte
Geração de emprego	Positivo	Fraco
Geração de renda na comunidade	Positivo	Muito fraco
Inadequação entre postos de trabalho e qualificação	Negativo	Forte
Ineficiência das atividades mitigatórias e compensatórias	Negativo	Muito Forte
Interferência na Comunidade de Quelônios	Negativo	Muito forte
Interferência no cotidiano e no modo de vida da comunidade	Negativo	Muito forte
Interferência nos hábitos alimentares	Negativo	Forte
Melhoria da Qualificação Profissional dos Trabalhadores Locais	Positivo	Fraco
Melhoria do sistema de transportes fluviais	Positivo	Forte
Melhorias na infraestrutura da comunidade	Positivo	Muito fraco
Perda de Áreas Produtivas e Benfeitorias	Negativo	Muito forte
Perturbação por luminosidade	Negativo	Forte
Perturbação por ruídos	Negativo	Muito forte
Poluição e contaminação da água por bauxita e outros rejeitos da operação	Negativo	Muito forte
Promoção de educação formal	Positivo	Médio
Risco de Acidentes e Morte da Fauna	Negativo	Muito forte

Apesar de estar ao lado da MRN e dos investimentos em projetos socioculturais, e de experimentar a geração de emprego via Cooperboa e algumas concessões quanto à saúde e educação feitas pela empresa, a comunidade demonstrou que as vantagens obtidas atualmente estão muito aquém dos prejuízos que já sofreram e ainda poderão sofrer com a introdução das atividades minerárias.

Os quilombolas afirmam que tiveram sua identidade cultural alterada e hoje são totalmente dependentes economicamente da MRN, não avaliando esse aspecto como positivo,



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

principalmente porque julgam não receber da companhia o suporte necessário para ter uma vida mais confortável e digna.

A presença do empreendimento trouxe também problemas de relacionamento da comunidade com outras instituições, a exemplo da Fundação Cultural Palmares que, segundo contam, não agiu de forma coerente ao papel de interveniente no processo de LA.

Outra desvantagem apontada pelos comunitários em função da proximidade geográfica do empreendimento é a poluição em diversos níveis e a falta de privacidade. Também reclamam da falta de boa infraestrutura, principalmente em se tratando de eletricidade e abastecimento de água, e da pouca oferta de trabalho.

Os quilombolas associam à chegada do empreendimento a vinda de órgãos ambientais, que lhes restringiram ainda mais o acesso aos recursos naturais e mesmo maior liberdade de circulação. Também citaram existir uma devastadora mudança na paisagem natural, que ocasionou perda da cobertura vegetal, mortandade e afugentamento de pescados e animais silvestres, o que influencia negativamente na alimentação dos indivíduos e na economia familiar.

Também teceram fortes críticas aos trabalhos de compensação e mitigação, declarando que eles são ineficientes frente às demandas da comunidade. Também se ressentem da não-realização de estudos pretéritos sobre os impactos do projeto nas comunidades e temem que as informações constantes no ECQ não sejam consideradas, uma vez que questionam a seriedade da empresa quanto ao cumprimento de acordos com as comunidades.

Relataram que sofrem com o aparecimento e aumento do número de jovens usuários de drogas e reféns do alcoolismo devido a grande circulação de pessoas estranhas em Porto Trombetas e mesmo na comunidade, ocasionando surtos de violência que assustam os moradores.

Apesar dos impactos identificados os moradores reconhecem os projetos já executados desde o início das atividades mineradoras na região na década de 1970. Foram mencionados os projetos sociais e culturais patrocinados pela MRN na comunidade, como o projeto de apoio à produção de cerâmica, feito em parceria com o Museu Emilio Goeldi.

A presença de pesquisadores que vêm à comunidade, atraídos por esses projetos, também foi mencionada. A MRN oferece também cursos profissionalizantes. Destacam-se ainda demandas por mais cursos profissionalizantes na região. Segundo os moradores, a MRN oferece ainda ajuda financeira para a realização da festa de São José, além de financiar reformas e construções

8

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

no centro comunitário, a exemplo do barracão e da doação de motores de luz. A presença da prefeitura na comunidade manifesta-se através do apoio a algumas reformas e para a realização da festa do padroeiro, no entanto se mostra insuficiente segundo os moradores, o que aumenta a dependência em relação à assistência provida pela MRN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Devido à proximidade de Porto Trombetas, a com quilombola de Boa Vista tem uma forte relação com a Mineração Rio do Norte. De um modo geral, o território apresenta características sociais e referências culturais semelhantes às demais áreas quilombolas de Oriximiná, principalmente no que tange ao universo das histórias e memórias coletivas dos moradores. No entanto, o grau de interferência de modos de vida urbanos – caracterizados pelo trabalho assalariado, pela economia monetizada e pelo alto consumo de bens industrializados, entre outros aspectos – se faz sentir nesta localidade mais forte que em qualquer outra na Bacia do Trombetas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Luciana G. de. Histórias, memórias e representações da escravidão na comunidade quilombola do Ariramba. In: GRUPIONI, Denise Fajardo; ANDRADE, Lúcia M.M. (Orgs.) **Entre águas bravas e mansas: índios e quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo; Iepé, 2015, p. 62-83.

CUMBUCA NORTE. Estudo do Componente Quilombola das Comunidades Localizadas no Entorno da Mineração Rio do Norte. Santarém, 2017.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

